



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 27/XI/1ª

02.Março.2010 – 15h00

Aos 2 dias do mês de Março de 2010, pelas 15:00 horas, reuniu, na sala 4 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Apreciação e aprovação das actas

3. Comunicações do Presidente

4. Projecto de Lei nº 149/XI/1ª (PCP) – Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPIE)

- **Apresentação pelo autor e debate**

Deputada Relatora: Maria da Conceição Casanova - PS

5. . Projecto de Lei nº 151-/XI/1ª-PCP - Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

- **Apresentação pelo autor e debate**

Deputado Relator: Vânia de Jesus - PSD

6. Projecto de Lei nº 157-/XI/1ª-BE- Actualização extraordinária do valor das bolsas de investigação científica

- **Apresentação pelo autor e debate**

Deputada Relatora: Teresa Damásio - PS

7. Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos - 16h00

8. Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública - 16h45

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Dia 05.Março.2010 – 09h00 – Audiência da Comissão Permanente Língua, Educação e Cultura do Conselho das Comunidades Portuguesas

Dia 09.Março.2010 - 15h00

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos deputados do CDS-PP e do PEV.

2. Apreciação e aprovação de acta

Foram aprovadas por unanimidade as actas das reuniões de 19, 22 (2 reuniões), 23 e 24 de Fevereiro, registando-se a ausência do deputado do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que baixou à CEC, em 1 de Março, o Projecto de Lei nº 160/XI/1.^a (PCP), Regime Jurídico da Educação Especial.

A apresentação da iniciativa será feita na reunião de 23.Março.2010 e a apreciação do parecer, de que será relatora a deputada Ana Drago (BE) terá lugar em 30 do mesmo mês.

3.2. Foi distribuída (na reunião) a todos os deputados (as) a calendarização dos trabalhos da CEC para o mês de Março.

- Na reunião do dia 05.Março pelas 9h00 o Presidente recebe a Comissão Permanente Língua, Educação e Cultura do Conselho das Comunidades Portuguesas, sendo a mesma aberta a todos os deputados que desejem estar presentes.
- Foi consensualizado que no dia 16 a reunião começará às 15h00, com a audiência da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica.
- Foi ainda acordado que a reunião do dia 23 também começará às 15h00.

3.3. A Ministra da Educação convidou os deputados da Comissão para visitarem 2 escolas requalificadas:

- Dia 9 de Março 11h00 – terça-feira - Escola Secundária D. Manuel I, em Beja;
- Dia 22 de Março 14h30 – segunda-feira - Escola secundária Garcia da Horta, no Porto (em alternativa 29 de Março).

No debate correspondente intervieram os deputados Bravo Nico (PS), José Ferreira Gomes, Vânia de Jesus, Amadeu Albergaria (PSD), José Manuel Rodrigues (CDS-PP), Ana Drago (BE), Miguel Tiago e Rita Rato (PCP).

Posta a questão a votação foi o convite rejeitado, com os votos contra do PSD, CDS-PP e BE, registando os votos a favor do PS e do PCP.

3.4. Conferência sobre as perspectivas e realidades da aplicação da lei da administração e gestão local de educação – Deputada Teresa Damásio.

Foi aprovado o programa distribuído, realizando-se a conferência no dia 20 de Abril, das 14h30 às 18h30, sendo oradores o Professor Doutor João Formosinho e os embaixadores do Reino Unido e da França.

4. Projecto de Lei nº 149/XI/1ª (PCP) – Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPiE)

A iniciativa foi apresentada pela Deputada Rita Rato (PCP).

No debate subsequente intervieram os Deputados Vânia de Jesus (PSD), que deixou a apresentação da posição do respectivo GP para momento posterior e Bravo Nico (PS), que referiu o facto de se tratar da retoma de uma iniciativa já anteriormente apreciada, realçando ainda que a matéria deve integrar-se no âmbito da autonomia das escolas e não ser regulada pelo Estado.

A discussão foi gravada na íntegra e encontra-se disponível em registo áudio.

5. Projecto de Lei nº 151-XI/1ª-PCP - Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

A iniciativa foi apresentada pela Deputada Rita Rato (PCP).

No debate subsequente interveio a deputada Vânia de Jesus (PSD), que defendeu a gestão por um órgão colegial e a liberdade de escolha das escolas pelas famílias.

O deputado Bravo Nico (PS) manifestou-se no sentido de o novo regime das escolas ser mais democrático e com uma participação mais alargada da comunidade, enquanto o director tem subjacente um critério mais técnico.

O deputado José Soeiro (BE) partilhou das preocupações do PJI e do desacordo em relação a um órgão de direcção singular, referindo que a escola deve ter um projecto educativo de

integração na comunidade e realçando que actualmente há menos participação dos jovens na escola.

A discussão foi gravada na íntegra e encontra-se disponível em registo áudio.

6. Projecto de Lei nº 157-/XI/1ª-BE- Actualização extraordinária do valor das bolsas de investigação científica

A iniciativa foi apresentada pelo deputado José Soeiro (BE).

No debate subsequente intervieram os deputados Amadeu Albergaria (PSD), realçando que a questão é recorrente e a resposta tarda e a deputada Rita Rato (PCP), que considerou a actualização justa.

A discussão foi gravada na íntegra e encontra-se disponível em registo áudio.

7. Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos - 16h00

Os representantes do Conselho Coordenador referiram que o novo Estatuto dá mais dignidade ao subsistema e estabelece a igualdade com o Universitário, pelo que fazem uma apreciação muito positiva do mesmo e do seu avanço no sentido da qualidade.

Em relação ao regime transitório, defendem que todas as propostas de alteração devem levar os docentes a qualificar-se.

Manifestaram depois algumas preocupações, a saber:

- O [Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março](#), estabelece no nº 2 dos artigos 6º e 16º que os estabelecimentos de ensino só podem conferir os graus de licenciado e de mestre numa área se dispuserem de um corpo docente cuja maioria seja constituída por titulares do grau de doutores ou especialistas e a Agência de Avaliação e Acreditação tem vindo a questionar o cumprimento destes requisitos.
Dado que muitos docentes se encontram inscritos em programas de doutoramento, propõem que seja feita uma alteração do regime referido atrás, levando em conta estes docentes.
- Na alínea c) do nº1 do artigo 49º da [Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro](#), dispõe-se que nas instituições de ensino politécnico pelo menos 15% dos docentes e investigadores devem ser doutores em regime de tempo integral e, para além destes, pelo menos 35% devem ser detentores do título de especialista.
O cumprimento desta percentagem de especialistas regista dificuldades.

- As transições vão ter implicações financeiras fortes, que vão necessitar de mecanismos de ultrapassagem.

Referiram ainda discordância em relação a alguns preceitos do texto aprovado na Comissão, no âmbito da apreciação parlamentar do Decreto-lei nº 207/2009.

Intervieram depois os deputados José Gomes Ferreira, Pedro Saraiva (PSD), Bravo Nico (PS) e José Soeiro (BE), que explicaram as posições tomadas no âmbito da referida apreciação parlamentar e referiram que vão acompanhar as questões levantadas, nomeadamente em relação às exigências para acreditação.

A audiência foi gravada na íntegra e encontra-se disponível em registo áudio.

8. Audiência à Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública - 16h45

Os representantes da Federação manifestaram o seu desacordo em relação à transferência de competências para os municípios em matéria de educação, propondo a revogação do [Decreto-Lei nº 144/08, de 28 de Julho](#), entendendo que não contribui para uma escola pública de qualidade, não permite uma gestão de proximidade, cria a incerteza e a insegurança jurídicas e está a ser feita ad hoc, gerando muitas incertezas e confusões nas escolas e no pessoal, concretizando várias situações de tratamento diferenciado nos municípios.

Por outro lado propõem a revogação da [Portaria nº 1049-A/08](#), de 16 de Setembro, que define os critérios da fórmula de cálculo da dotação do pessoal auxiliar, propondo que sejam elaborados mapas de pessoal por concelho, sendo feita a afectação a determinados agrupamentos e que seja afecto 1 auxiliar a cada sala de educação pré-escolar.

Referiram também a necessidade de formação do pessoal não docente, a criação de categorias específicas para o pessoal das escolas, realçando ainda o acompanhamento das crianças com necessidades educativas especiais e a precariedade da contratação do pessoal auxiliar, defendendo a “integração” dos que exercem funções há mais de 6 anos.

Intervieram os deputados Rita Rato (PCP), Ana Drago (BE), Paulo Barradas (PS) e Amadeu Albergaria que colocaram várias questões e indicaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares em relação à matéria.

A audiência foi gravada na íntegra e encontra-se disponível em registo áudio.

9. Outros Assuntos

10. Data da próxima reunião



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Dia 05.Março.2010 – 09h00 – Audiência da Comissão Permanente Língua, Educação e Cultura do Conselho das Comunidades Portuguesas

Dia 09.Março.2010 - 15h00

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 2 de Março de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte

Acta aprovada na reunião de 09 de Março de 2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
João Prata
João Sequeira
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Margarida Almeida
Miguel Tiago
Nuno Araújo
Raquel Coelho
Rosalina Martins
Sofia Cabral
Teresa Damásio
Vânia Jesus
Conceição Casa Nova
Isabel Galriça Neto
José Moura Soeiro
Maria Luísa Santos
Paulo Barradas
Pedro Saraiva
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Manuel Mota
Manuela de Melo
Pedro Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Michael Seufert
Paula Barros